

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012056-14.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **THIAGO PAULO DOS SANTOS**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Thiago Paulo dos Santos Moura propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, pedindo a condenação desta no pagamento de indenização do seguro obrigatório – DPVAT, em razão de acidente de trânsito ocorrido no dia 19 de agosto de 2014, que lhe resultou lesões de natureza grave, sendo-lhe, então, devida a indenização por invalidez permanente no valor máximo de R\$ 13.500,00.

A ré, em contestação de folhas 23/43, requereu a regularização do polo passivo para que passe a ser ocupado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, suscitou preliminares de falta de interesse processual e de inépcia da inicial por ausência de laudo pericial. No mérito, aduziu sobre a necessidade de realização de perícia médica, a utilização da tabela de danos pessoais, pediu que os juros de mora sejam fixados a partir da citação, que a correção monetária e demais cominações legais devem incidir a partir do ajuizamento da ação, que os honorários advocatícios sejam fixados em 10% do valor da causa, e por fim, pediu que a ação seja julgada totalmente improcedente.

Decisão saneadora de folhas 140/142.

Quesitos da ré às folhas 149/150 e do autor às folhas 152.

Ofício do IMESC de folhas 156 designou o dia 21/09/2016 para realização da perícia médica, sendo o autor intimado pessoalmente às folhas 176.

Ofício de folhas 177 do IMESC informou o não comparecimento do autor à perícia agendada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão de folhas 178 declarou preclusa a prova pericial e encerrou a instrução.

Alegações finais da ré de folhas 181/184 e do autor às folhas 185/189.

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra.

A ação é improcedente.

O autor sustenta, basicamente, que em razão do acidente de trânsito especificado veio a sofrer lesões de natureza grave, fazendo jus ao recebimento da indenização por **invalidez permanente no valor máximo**.

Ocorre que, embora devidamente intimado pessoalmente, deixou de comparecer ao IMESC na data agendada para realização da prova pericial, e, na sequência não trouxe qualquer justificativa para a referida ausência.

Dessa maneira, a prova pericial tornou-se preclusa, e o autor deve recolher os efeitos dessa preclusão, até porque aos autos não foi carreada qualquer outra prova apta a sustentar a versão inicial; nos documentos médicos exibidos foi indicado que o autor teve realmente uma lesão em um dos testículos que chegou a ser substituído por prótese, todavia, não consta expressamente qualquer grau de invalidez decorrente desse trauma.

Nesse sentido:

Ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT. Autor que não compareceu ao IMESC na data designada para a realização do exame, tampouco comprovou o motivo da ausência. Preclusão da prova. Documento encartado aos autos que não esclarece se a invalidez é temporária ou permanente, nem indica o grau de comprometimento físico do segurado em decorrência do acidente. Requerente que não se desincumbiu do ônus da prova dos fatos constitutivos do seu direito (art. 333, I, do CPC). Improcedência mantida. Recurso improvido (Relator(a): Gomes Varjão; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 29/04/2015; Data de registro: 30/04/2015).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De rigor, portanto, a improcedência do pedido inicial.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de novembro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**